

CAPÍTULO 5

A INTERVENÇÃO ESTATAL NA CRISE E O SUBCONSUMO DAS MASSAS: TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS E A ECONOMIA BRASILEIRA E MARANHENSE ENTRE 2011- 2016

Data de submissão: 19/10/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Suzane Rodrigues da Silva

Doutoranda em políticas públicas - UFMA;
mestre em políticas públicas – UFMA;
bacharel em serviço social – Uniceuma.

RESUMO: Considerando o aprofundamento da crise no Brasil durante o governo Dilma, este trabalho possui como objetivo geral analisar a intervenção estatal sobre o subconsumo das massas entre 2011-2016, especificamente objetivou- se discutir as configurações da forma-Estado e sua relação com o capitalismo, bem como debater a dinâmica da intervenção estatal na crise dando ênfase ao subconsumo das massas via programas sociais de transferência monetária no Brasil e Maranhão entre 2011 – 2016. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cujo método utilizado foi o materialismo histórico dialético. Sendo assim se partiu dos seguintes autores (MARX, 2013; 2017); (FARIAS, 2015); (FARIAS, 2001) para discutir as principais ideias e categorias deste trabalho. Como um dos resultados aponta-se que uma economia que se mostra dependente de forma significativa do consumo das massas

populares, mostra-se altamente vulnerável a choques recessivos, uma vez que em tempos de crise, o desemprego aumenta e a renda das famílias ficam altamente comprometidas com o pagamento de dívidas, entre outros aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Crise, Estado, subconsumo das massas.

ABSTRACT: Considering the deepening of the crisis in Brazil during the Dilma government, this work's general objective is to analyze state intervention on the underconsumption of the masses between 2011-2016, specifically it aimed to discuss the configurations of the state form and its relationship with capitalism, as well as debating the dynamics of state intervention in the crisis, emphasizing the underconsumption of the masses via social monetary transfer programs in Brazil and Maranhão between 2011 – 2016. This is a bibliographical research with a qualitative approach, whose method used was dialectical historical materialism. Therefore, we started with the following authors (MARX, 2013; 2017); (FARIAS, 2015); (FARIAS, 2001) to discuss the main ideas and categories of this work. As one of the results, it is pointed out that an economy

that is significantly dependent on the consumption of the popular masses, is highly vulnerable to recessive shocks, since in times of crisis, unemployment increases and family incomes become highly committed to paying debts, among other aspects.

KEYWORDS: Crisis, State, underconsumption of the masses.

INTRODUÇÃO

No âmbito da era do capitalismo global pós-moderno os intelectuais orgânicos adeptos a causa proletária, afirmam ser necessário ir além do reconhecimento de um suposto inimigo ameaçador, sendo necessário identificar o processo que construiu e diabolizou esse inimigo. Atualmente no Modo de Produção Capitalista as finanças assumem esse papel diabólico, causando instabilidade e círculo vicioso na economia mundial, porém a saída apontada pelos governos de implementar políticas de austeridade, não implicou na superação da crise, e nem amenizou os efeitos da mesma, pelo contrário eles foram agravados (FARIAS, 2015).

É importante se ter claro que a vontade da burguesia, seja ela comercial, industrial ou financeira é perpetuar a sua dominação, nesse sentido a demonização das finanças e do neoliberalismo, e a defesa do regulacionismo na qual existe uma maior intervenção estatal, não implicará na superação do atual estado de coisas, pois as crises continuarão a existir e o proletariado continuará preso ao círculo vicioso da exploração, dominação e humilhação de classe (FARIAS, 2015).

O certo é que tanto na era dos trinta anos gloriosos, na qual imperava a primazia do capital industrial, como na conjuntura do capitalismo global pós-moderno na qual impera a primazia das finanças, o grande capital continua concentrando posses e propriedade privada de forma desigual e combinada, além de continuar submerso em uma grande crise global. Isso pode ser visto no Maranhão, cujo desenvolvimento econômico tem se sustentado ao longo dos anos, em atividades que fomentam a concentração de renda, a exemplo, do agronegócio (baseado na soja), pecuária bovina e indústria de ferro (TALENTO, 2011).

Contudo, nem a indústria supracitada nem o agronegócio absorvem grandes quantidades de força de trabalho do estado em referência, uma vez que boa parte dela se concentra no setor de serviço (IMESC, 2017). Além disso, boa parte da população maranhense goza de baixos níveis de renda, que tem sido complementada ao longo dos anos com as transferências monetárias dos programas sociais de transferências de renda como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), acrescente-se ainda os ganhos obtidos via aumento do Salário Mínimo (SM), que tem rebatimentos sobre as aposentadorias.

Os aspectos supracitados em conjunto com a exportação de *commodities* contribuem com a sustentação de boa parte do Produto Interno Bruto (PIB) do estado referência (TALENTO, 2011). Essa situação, por sua vez, denuncia a fragilidade econômica

do Maranhão, uma vez que possuir uma economia dependente significativamente de exportações de *commodities* e de fontes de rendimentos advindos de transferências monetárias constitucionais, torna o estado demasiadamente suscetível aos choques recessivos em tempos de crise.

Que foi o que ocorreu entre 2011 – 2016, período marcado pelo aprofundamento de uma crise que explodiu no Brasil em 2008, e que se aprofundou a partir do final do ano de 2014. Levando em conta a dependência que o Maranhão possui do setor externo e das transferências de rendas supracitadas, sua economia foi expressivamente abalada durante o governo Dilma, contudo o governo do Maranhão no período em referência adotou algumas medidas anticíclicas, que perpassaram pelo aumento das rendas dos servidores públicos, além de contar com as transferências monetárias de renda via programas sociais federais, entre outros aspectos (IMESC, 2017).

Isto posto este trabalho possui como objetivo geral analisar a intervenção estatal sobre o subconsumo das massas entre 2011-2016, especificamente objetivou-se discutir as configurações da forma-Estado e sua relação com o capitalismo, bem como debater a dinâmica da intervenção estatal na crise e o combate ao subconsumo das massas via programas sociais de transferência monetária no Brasil e Maranhão entre 2011 – 2016.

Embora nesse trabalho tenha se escolhido trazer ênfase sobre o subconsumo das massas, fazendo recorte sobre o consumo das famílias e as transferências monetárias de renda via programas sociais, sabe-se que a causa última da crise não se restringe a esse aspecto. O subconsumo das massas se realiza em decorrência da produção pela produção, que leva ao não atendimento das necessidades sociais do conjunto do proletariado, que por sua vez contribui com a geração e o aprofundamento de uma série de expressões da questão social (FARIAS, 2015).

Isto posto, este trabalho encontra-se dividido em 3 partes para além da introdução e conclusão, na primeira parte se debateu sobre a composição da forma-Estado, partindo do entendimento que é somente após a compreensão sobre o Estado para si (como forma) e em si (como função), é que se pode passar para o debate sobre o papel do Estado enquanto agente de intervenção, sem que se caia em uma análise superficial. Na segunda parte se discutiu como o estado de natureza capitalista tem realizado suas intervenções, tendo em vista arrefecer as leis tendenciais da crise, sem romper com o atual estado de coisas, e por fim se analisou as estratégias estatais de combate a causa última da crise, durante o governo Dilma via transferências constitucionais e suas implicações sobre a economia brasileira e maranhense.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A FORMA-ESTADO

O Estado é um todo orgânico, complexo e contraditório, nesse sentido a compreensão da natureza e do papel do Estado requer apreensão das relações que se estabelecem nele,

assim quando se busca entender o papel do Estado, o Estado se mostra como causa e o capitalismo seria o efeito dessa relação, porém quando se busca compreender a natureza do Estado, o capitalismo seria a causa da formação do Estado e o Estado seria o efeito (FARIAS, 2001).

O Estado se estrutura tanto no nível da aparência como no nível da essência, seguindo esse raciocínio, embora ele se constitua como Estado em sua essência, na aparência ele se mostra como governo, cujas ações sofrem múltiplas determinações da dinâmica da luta de classe. Por isso, é necessário que se compreenda a natureza e o papel do Estado através de suas múltiplas determinações, para entender como o Estado age por meio das políticas públicas e sociais na sua forma aparente, políticas essas que acabam por reforçar as disposições capitalistas (MASCARO, 2013).

Contudo, para chegar nessa compreensão primeiramente é necessário se entender que o Estado capitalista moderno tem sua natureza perpassada pelo silogismo, fetichismo, estrutura, fisco-financeira, genealogia e teleologia (FARIAS, 2001).

O silogismo, comprehende o estudo da totalidade, do movimento que envolve a aparência e a essência, isso quando aplicado ao Estado leva a compreensão de que ele possui três formas: a forma-Estado (generalidade); a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade). A forma-Estado diz respeito a universalidade do Estado, ou seja, aspectos gerais que compõe a formação de todo Estado (FARIAS, 2001).

Toda forma-Estado possui particularidades de tempo e espaço, que dão origem a uma forma de Estado, já a forma do Estado tem sua constituição ligada a forma de um Estado específico, partindo das singularidades que o compõe (MASCARO, 2013). Na sua relação com o capitalismo, em termos de silogismo o Estado:

(...) tem por referência de base os três níveis seguintes de percepção do capitalismo: o modo de produção (no contexto de uma formação socioeconómica capitalista), o tipo de regime de acumulação (no centro ou na periferia, sob o taylorismo ou sob o fordismo) e o processo dado de acumulação (na França, no Brasil) (FARIAS, 2001, p. 29).

Nesse sentido tendo discutido o silogismo estatal, importa agora discutir a estrutura da forma-Estado que na visão marxista envolve a distinção entre aparência e essência, bem como as dimensões objetivas e subjetivas (FARIAS, 2001).

Seguindo a lógica da figura 1, no nível da aparência e no eixo objetivo o Estado se mostra por meio dos aparelhos estatais públicos, que são legitimados socialmente (por exemplo, por meio do direito burguês formal), e essa legitimação constitui o eixo subjetivo no nível da aparência. No eixo objetivo no nível da essência, o Estado é formado por determinações advindas da divisão capitalista do trabalho, já no eixo subjetivo o Estado sofre determinações da luta de classe (FARIAS, 2001).

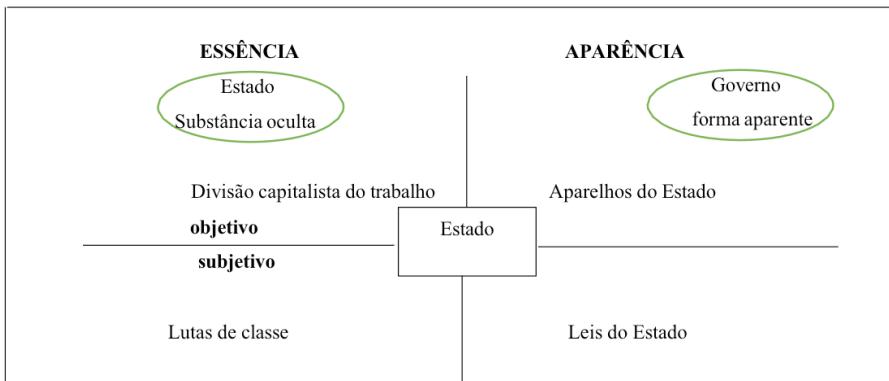


Figura 1- Estrutura da forma-Estado

Fonte: (FARIAS, 2001).

A partir do exposto, pode-se dizer que no nível da aparência os aparelhos do Estado ligados a indústria como o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, bem como ao Ministério do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), entre outras entidades, encontram validação por meio de mecanismos de legitimação estatal, que são as legislações, a exemplo, da lei 13.152/2015 que prorrogou a política de valorização do SM até 1º de janeiro de 2019; a lei 10.836/2004 que criou e regulamenta o PBF, entre outras.

A formulação dessas leis derivou de um processo complexo, envolto por contradições que foi perpassado pela luta de classes e pela divisão capitalista do trabalho, que por sua vez exerceram influência sobre a ação do governo. Dessa forma, a resultante de um processo que ocorreu no âmbito da superestrutura¹ poderá se conformar em resoluções, que terão potencial de influência sobre a ação do governo e, até poderão contribuir com a perpetuação do capitalismo em uma nação. Contudo, tais afirmações apontam para abstrações que compõe partes do conhecimento, pois o que o governo decide fazer na prática, é resultado de múltiplas determinações (MASCARO, 2013).

Tais determinações apontam para a superestrutura, Poulantzias afirma que o conhecimento prático das especificidades, que conformam a superestrutura político-jurídica é resultado de múltiplas determinações. Enquanto refletia sobre a formação da superestrutura, que ele denomina como “o Político”, ele afirma que essa dimensão seria constituída por um modo de produção puro. O autor entende por modo de produção a combinação de diversas instâncias e práticas, cuja unidade originam outras tantas estruturas, que em seu todo apresentam em última instância, como dominante a dimensão econômica, contudo essa dominância em última instância, não significa que o econômico sempre tenha papel dominante (POULANTZAS, 1977).

¹ Levando em consideração o movimento gerado pela luta de classes e pela divisão capitalista do trabalho.

Acrescente-se ainda que o modo de produção puro, da qual o autor fala é constituído por uma unidade complexa, que possui dominância de um certo modo de produção sobre os outros que o constituem. Nesse âmbito, quando se pensa a atual realidade, na qual se tem uma forma-Estado de natureza capitalista, ao direito de natureza burguesa caberia o papel de garantir uma suposta igualdade jurídica-formal, entre capitalistas e trabalhadores. Contudo, essas normas jurídicas capitalistas ao mesmo tempo em que garantiriam uma suposta liberdade igualitária para todos, desorganizam e separam a classe trabalhadora, e por outro lado une e fortalece a classe dominante, conferindo o efeito de isolamento de classe que traz rebatimentos para as relações econômicas (POULANTZAS, 1977). Marx reafirmou isso na contribuição a crítica da economia política:

“(...) as relações jurídicas – assim como as formas de Estado – não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela dita evolução geral do espírito humano, inserindo-se pelo contrário nas condições materiais de existência de que Hegel, (...) comprehende o conjunto pela designação de sociedade civil (MARX, 2016, p.4).

Apesar do que já foi discutido até aqui, opta-se pelo entendimento que traz a obra O Estado capitalista Contemporâneo, na qual o autor afirma que é a relação dialética entre a luta de classes e a divisão capitalista do trabalho, na essência da forma-Estado que irá determinar a configuração que ele assumirá na sua dimensão mais aparente como governo (FARIAS, 2001). Tendo compreendido isso, importa discorrer sobre as demais categorias que conformam a forma-Estado, a saber: fetichismo; genealogia; fisco-finança e teleologia. Em relação ao fetichismo, ele se manifesta através das ações do governo e da forma como ele executa as suas ações, uma vez que ele no nível da aparência faz esquecer que o resultado de suas ações materializado em leis, políticas públicas, programas e serviços sociais promulgadas pelos aparelhos estatais, resulta na sua essência, “(...) de evolução da divisão capitalista do trabalho e da luta de classes correspondente (...)” (FARIAS, 2001, p. 32), assim se tenta camuflar “(...) a correlação de forças advinda da luta de classes entre base² e superestrutura”³ (FARIAS, 2001, p. 32).

Sobre a categoria genealogia, ela diz respeito a origem da forma-Estado que consiste em uma forma social e histórica, que se situa e pode variar no tempo e no espaço, e que por isso não é imutável possuindo caráter transitório, “(...) quanto a sua existência própria e sua natureza específica no capitalismo (...)” (FARIAS, 2001, p. 34).

A atual forma-Estado em si surgiu da tomada de consciência da sociedade burguesa, que por meio da luta de classes imprimiu mudanças na natureza⁴ da divisão social do trabalho “(...) tanto no nível de extorsão do excedente, quanto da forma de relação entre cidade e o campo (...)” (FARIAS, 2001, p.33), e no papel do Estado cuja mediação “(...)

2 É formada pelo conjunto das relações de produção, bem como pelos meios de produção – em seus respectivos níveis de desenvolvimento - que constituem a base estrutural da economia de uma sociedade (WILLIANS, 2005).

3 É resultado de táticas usadas pela classe dominante para o alcance e manutenção de seus domínios, nela se encontra o Estado, a cultura, a ideologia, a religião entre outros elementos (WILLIANS, 2005).

4 Que se tornou capitalista.

resulta no seu conjunto das necessidades mutantes da divisão capitalista do trabalho e da forma de dominação de tal ou tal classe (...)” (FARIAS, 2001, p. 34).

Sobre a subsistência do Estado, atualmente ela se mostra através da fisco-financeira, que diz respeito aos recursos e fundos – impostos, dívida pública – que lhe dão condições de (...) representar o seu papel simultaneamente material e social, espacial e histórico (...)” (FARIAS, 2001, p. 35). A subsistência do Estado tanto em si (em relação aos aparelhos que o constitui, que estão relacionados a sua função), como para si (em relação à forma de Estado) depende de fundos, cuja consecução envolve processo de legitimação estatal, que por sua vez está vinculado a circunstâncias temporais e espaciais da luta de classes (FARIAS, 2001).

Por fim, em relação à categoria teleologia, sabe-se que ela, dentro do marxismo, trata da antecipação do resultado, dos fins gerais estabelecidos. No caso do Estado capitalista, os seus fins gerais estão estabelecidos desde a sua origem na sociedade burguesa, seus fins sistêmicos se voltam para mediar contradições tendo em vista a perpetuação do capitalismo (FARIAS, 2001).

Dessa forma, o autor referenciado nesse parágrafo, propõe que a relação orgânica entre a forma-Estado e o capitalismo seja ultrapassada através do movimento revolucionário, movimento esse que começa no nível político⁵, para que posteriormente se possa criar condições, que venham materializar mudanças profundas (...) na correlação de forças sociais em favor das massas populares (...)” (FARIAS, 2001, p. 38).

Após ter discorrido sobre o Estado para si (como forma) e em si (como função) é que se pode passar para o debate sobre o papel do Estado enquanto agente de intervenção, sem que se caia em uma análise superficial.

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A INTERVENÇÃO ESTATAL NA CRISE

Em primeiro lugar importa esclarecer que o Estado possui três níveis de silogismo (...) a forma-Estado (generalidade), a forma de Estado (particularidade) e a forma do Estado (singularidade)” (FARIAS, 2001, p.29). Esses níveis de silogismo se relacionam com os três níveis de percepção do capitalismo, sendo eles (...) o modo de produção (no contexto de uma formação socioeconômica capitalista), o tipo de regime de acumulação (no centro ou na periferia, sob o taylorismo ou sob o fordismo) e o processo dado de acumulação (na França, no Brasil)” (FARIAS, 2001, p. 29).

As três formas do silogismo estatais se encontram interligadas de uma tal forma, que o Estado sob qualquer uma das formas específicas citadas acima – seja em sua particularidade ou em sua singularidade - compõe de alguma maneira a forma-Estado (FARIAS, 2001).

Como o Estado é uma forma social sujeita a variações no tempo e no espaço, ele

5 Na unidade da consciência de classe (FARIAS, 2001).

se articula organicamente com “(...) as formas assumidas pelo ser social na produção, na reprodução e na crise do capitalismo (...)” (FARIAS, 2001, p. 30).

Isto posto, a relação do Estado com a economia muda de acordo com o regime de acumulação prevalente, entende-se por regime de acumulação como “(...) a própria representação formal dos circuitos produtivos que caracterizam cada fase do capitalismo (...)” (LIMA, 1996, p. 24), então o regime de acumulação determina limites aos espaços que o Estado terá para agir.

Durante a social-democracia o Estado era significativamente interventor, a orientação dos regulacionistas se voltava às ações que beneficiavam tanto os capitalistas como os trabalhadores, os benefícios para esses últimos eram viabilizados em uma dimensão que inviabilizaria o questionamento da “(...) permanência das relações capitalistas de produção, acumulação e reprodução” (FARIAS, 2001, p. 70).

Nessa dinâmica se implantou o taylorismo, fordismo e keynesianismo, e nela os altos ganhos de produtividade eram distribuídos “convenientemente entre os parceiros sociais” (FARIAS, 2001, p. 70).

A crise que atravessa atualmente a economia surgiu do esgotamento desses ganhos de produtividade, nesse sentido os regulacionistas ainda defendem a necessidade de voltar a compatibilizar “o consumo e a produção de massa, o emprego e a produtividade, os salários e os lucros” (FARIAS, 2001, p. 70).

Essa compatibilização viria através de regulações contratuais via Estado, que por sua vez seriam capazes de trazer melhorias a posição dos trabalhadores na relação salarial. Dessa forma, a saída apontada pelos regulacionistas para atual crise econômica, seria o estabelecimento de um modelo keynesiano melhorado (FARIAS, 2001).

Contudo, o modelo fordista-keynesiano não conseguiu trazer respostas satisfatórias para a superação da crise que experimentou, dessa forma como saída se propôs a adoção de um modelo político neoliberal, que parte na defesa de um mercado auto regulável, da eficácia absoluta da empresa privada, da minimização das intervenções do Estado no social, que por sua vez gera o aprofundamento das desigualdades. Todavia, a crise do capitalismo não foi superada nem pelo regime neoliberal nem pelo regime keynesiano (FARIAS, 2001).

Disto, pode-se afirmar que quando se olha para o Brasil, os períodos em que o Estado foi atravessado por dinâmicas de capitalismo ora mais intervencionista ora menos intervencionista, também foram marcados por crises (MASCARO, 2018). Isso porque o Modo de Produção Capitalista fabrica suas próprias crises, nesse processo o governo brasileiro foi levado a criar formas de enfrentamento “as crises do capitalismo mundial, do qual é dependente” (MASCARO, 2018, p. 41).

Todavia, essas formas de enfrentamento não foram capazes nem de gerar o reposicionamento do país no cenário econômico internacional, nem de superar a sociabilidade capitalista. Assim o governo de esquerda, no período aqui pesquisado, se

inseriu perfeitamente no sistema geral capitalista (MASCARO, 2018).

Embora se tenha vivenciado uma forma de sociabilidade menos agressiva aos direitos da classe trabalhadora, durante os governos petistas, esses governos de cunho social-liberal estiveram ligados a dinâmica de acumulação capitalista (MASCARO, 2018).

As ações do governo se estabelecem mediante a luta de classes, assim as situações e tensões que derivam dessas lutas trazem a possibilidade de múltiplas inclinações da política, com doses variadas de uma mesma forma de sociabilidade.

Sendo assim, mesmo nas dinâmicas de capitalismo intervencionista os ganhos obtidos pela classe trabalhadora são sempre parciais, além disso “(...) os mínimos da sobrevivência se tornam o máximo (...)” (MASCARO, 2018, p. 182) que o proletariado poderá conquistar, porém tais avanços distributivos podem vir a retroceder por conta de uma futura reação político- econômica, que pode o atingir de modo contrário (MASCARO, 2018).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Modo de Produção Capitalista é inherentemente instável, por isso a atual formação socioeconômica capitalista precisa passar por uma transformação radical, pois do contrário a economia mundial continuará a experimentar crises periódicas (MASCARO, 2018).

A explosão da crise econômica em 2008, dada as suas proporções, não contou com um alto estoque de forças contestadoras e críticas contra do Modo de Produção Capitalista. No Brasil, o governo que estava no poder tentou combater inicialmente os impactos da crise através da indução estatal, todavia essa tática não se sustentou por muito tempo, por conta da força que as estruturas de reprodução auto referenciadas no capital e nos mercados financeiros possuíam (MASCARO, 2018).

E mesmo que a acumulação em padrões de controle estatal da economia tivesse prevalecido, as crises continuariam a existir, pois a reprodução do capitalismo se encontra assentada em “(...) termos de exploração, conflitos e antagonismos, que está lastreada em tendências de crise econômica, política e social (...)” (MASCARO, 2018, p. 129).

Essas tendências de crise por mais que se depare com contratendências, tornam as dificuldades de estabilização da economia e da política uma missão cada vez mais sobressalentes. Nesse sentido, importa apontar algumas estratégias políticas implementadas pelo governo Dilma, para amenizar os impactos da causa última da crise (subconsumo das massas), lançando luz sobre as políticas de incentivo aos rendimentos, e seus rebatimentos sobre a economia maranhense.

CRISE, SUBCONSUMO DAS MASSAS E AS TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS NO BRASIL E MARANHÃO ENTRE 2011-2016

Considerando a crise como um fenômeno inerente ao Modo de Produção Capitalista, ela pode ser atenuada, mas nunca extinta do capitalismo, por expor uma contradição

inerente ao capital, quando ele exclui o elemento responsável pela geração de valor e pela valorização, a saber: o trabalho vivo, que não apenas produz valor para o capital, como também mede o valor em cada etapa do processo de valorização (GRESPLAN, 2018).

Quando isso acontece há uma desvalorização do capital existente, o que compromete a base do seu crescimento, essa condição desmascara a ideia do capital ser valor que se valoriza, pois o capital pensa ter capacidade de valorizar, ao incorporar formalmente a força de trabalho através de sua contratação jurídica, criando a partir disso formas de se medir (medidas formais), como a taxa de lucro e a taxa de juros, que acabam sendo contrariadas pela verdadeira forma de mensuração (medida real): a taxa de mais-valia (GRESPLAN, 2018).

Essa contradição entre as medidas reais e formais atreladas ao trabalho, é o que Marx define como desmedida, e que por sua vez define a crise, e como desmedida a crise é um elemento muito importante nas análises construídas por Marx sobre o modo de produção capitalista (MARX, 2013; 2017).

Sendo assim, parte-se do pressuposto de que a crise do capital, como um todo contraditório, na concepção marxista, tem uma causa imediata, uma causa mais profunda e uma causa última, que se exprime respectivamente por meio da queda na taxa de lucro, da exuberância financeira e da desigualdade de rendimentos (FARIAS, 2015). Neste trabalho se deu ênfase a causa última da crise.

Sobre a causa última da crise, ela diz respeito a restrição do consumo das massas que se expressa, dentre outras possibilidades, na desigualdade de rendimentos (FARIAS, 2015). A desigualdade de rendimentos foi analisada, a partir de questões que envolvem a distribuição de renda, que necessariamente afeta os níveis de consumo das massas.

A desigualdade em relação à distribuição de renda é historicamente modelada pela influência e ação coletiva de sujeitos sociais, econômicos e políticos. Nesse sentido, se tem uma análise incompleta, quando se versa sobre a distribuição de renda ou riqueza pautada exclusivamente no determinismo econômico (PIKETTY, 2014).

A percepção de Marx - construída no século XIX - sobre a desigualdade da distribuição de riqueza, corrobora com a última afirmação feita no parágrafo acima, pois Marx entendia que a desigualdade da distribuição de riqueza estava diretamente ligada à correlação de forças, desenvolvida na sociedade capitalista entre as principais classes sociais, a saber: a classe trabalhadora e a burguesia. Na qual a primeira se subordinava e ainda se subordina a segunda, que é detentora dos meios de produção, havendo assim a concentração de poder e riqueza nas mãos da burguesia (MARX, 2013).

Assim o processo de distribuição de renda e riqueza é perpassado por correlação de forças entre vários sujeitos detentores de poder social, político e/ou econômico, que podem ou não promover o aprofundamento das desigualdades. Dessa forma, não existe um processo natural e espontâneo que bloquee ou reduza as forças promotoras da desigualdade, bem como que permita a sua elevação (PIKETTY, 2014).

Sabe-se que a elevação dos níveis de distribuição ou redistribuição de renda - principalmente entre a população de baixa renda - eleva os níveis de consumo de uma nação, porque a classe média alta tem menos propensão a consumir, do que os segmentos sociais de média ou baixa renda (CARVALHO *et al*, 2016).

Além disso em decorrência da redução dos níveis de desigualdade de renda, a economia de uma nação pode ou não experimentar níveis maiores de crescimento, dependendo do nível de dependência que ela possui dos níveis de consumo das famílias. No caso do Brasil, o consumo das famílias⁶ por muitos anos foi o componente mais importante do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, tendo representado em média um percentual de 60% dele (CARVALHO *et al*, 2016).

Quando se observa a taxa de consumo das famílias⁷, bem como as taxas de crescimento do PIB *per capita*⁸, foi possível se observar na tabela abaixo, que entre 2011 e 2013 houve uma desaceleração e um leve crescimento do volume do PIB *per capita*, porém entre 2014 e 2016 ele passou por uma desaceleração significativa. Em relação ao volume do consumo das famílias, pode-se observar a mesma dinâmica:

| | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 |
|--|------|------|------|-------|-------|-------|
| Variação em volume do PIB <i>per capita</i> | 3% | 1,0% | 2,1% | -0,3% | -4,4% | -4,1% |
| Variação em volume do consumo | 5% | 3,5% | 3,6% | 2,3% | -3,2% | -3,8% |

Tabela 1- Volume do PIB *per capita* e do consumo das famílias no Brasil entre 2011-2016.

Fonte: (IBGE, 2018). Elaboração própria.

Apesar da desaceleração do volume de consumo das famílias, ele se apresentou positivo até 2014, isso se deu por conta do nível dos rendimentos do trabalho, aspecto importante na determinação de uma parcela significativa dos salários no Brasil. Some-se a isso, o aumento progressivo do SM e o investimento em programas de transferência de renda, esse aumento contribuiu com a expansão dos rendimentos da população que se situava na base da pirâmide social, que por sua vez fortaleceram as classes populares assentadas no trabalho (POCHMANN, 2012).

Nesse sentido, o crescimento econômico do país foi puxado por muitos anos pela expansão do consumo (que foi acompanhado da ampliação dos serviços privados) e, isso por sua vez foi possibilitado devido a existência de uma série de programas sociais e políticas⁹ - que aumentaram o poder aquisitivo das famílias, sobretudo, daquelas

6 O aumento dos níveis de consumo das famílias favoreceu a economia interna, que passou por um crescimento significativo, contrariando a realidade recessiva vivenciada - no mesmo período - pelas economias dos países de capitalismo central. Contudo, a dependência econômica demasiada dos níveis de consumo das famílias se mostra uma fonte potencial de crise em países de capitalismo periférico (ONU, 2015).

7 Componente fundamental sob a perspectiva das despesas no Brasil (IBGE, 2017)

8 Corresponde à quanto do volume total da riqueza socialmente produzida de um país caberia a cada cidadão, se essa riqueza fosse dividida em partes iguais (IBGE, 2017).

9 Valorização do Salário Mínimo; transferências de renda na forma de benefícios sociais e aposentadorias rurais; aces-

pertencentes aos estratos mais inferiores da pirâmide social - dentre elas pode-se citar: a) programas de transferência de renda - no qual se destacaram o PBF e o BPC; b) política de valorização do SM (BIANCARELLI, 2014).

Em relação ao PBF, quando se analisa os rebatimentos dele sobre a economia, existem autores que defendem o seu efeito positivo sobre o crescimento da economia em um curto prazo, chegando a afirmar que a cada R\$ 1,00 repassado através do PBF o efeito agregado do programa sobre o Produto Interno Bruto (PIB) é de R\$ 1,78 (NERI; VAZ; SOUZA, 2013).

Outro estudo afirmou que o crescimento do PIB e do mercado de trabalho entre 2003 - 2011, se fez acompanhar do crescimento das transferências sociais realizadas principalmente via BPC, PBF e aumento do SM (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

Assim os autores acima referenciados concluíram, que foi positiva a expansão de tais transferências de renda, principalmente para o crescimento da economia brasileira, por isso ela deveria ser mantida entre 2014 - 2016 tendo em vista a redução de maiores retrocessos sociais (CACCIAMALI; TATEI, 2016).

Outro estudo¹⁰ afirmou que transferências sociais realizadas via PBF e BPC possuíam impactos multiplicadores de renda de segunda ordem, ou seja, eles contribuíam positivamente para o aquecimento das economias municipais. Setorialmente se verificou que o BPC e o PBF contribuíram principalmente com o aquecimento do produto do setor de serviços (DENES; KOMATSU; MENEZES-FILHO, 2018).

Isso pôde ser verificado no Maranhão, em relação à situação fiscal dos municípios que o compõe, pode-se afirmar que eles possuem uma baixa capacidade de gerar receitas por conta própria, sendo assim a maioria das receitas geradas advêm de transferências de renda por parte de programas sociais, um exemplo disso foi o ano de 2015¹¹, cuja contribuição dos programas sociais de transferência de renda correspondeu a 91,4% do montante total das receitas dos municípios maranhenses nesse mesmo ano, sendo o município de Grajaú o mais dependente de todos, chegando a ter 99,2% de sua receita dependente das transferências dos programas supracitados, e as principais transferências sociais que alimentaram as receitas municipais, vieram do PBF, BPC e das aposentadorias, sendo cada um responsável respectivamente por 8,1% , 3,2% e 22,1% do PIB dos municípios maranhense no ano de 2015 (MDS, 2016).

Acrescente-se ainda as transferências fiscais advindas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), tais transferências também tiveram um papel importante na maioria das receitas fiscais dos municípios maranhenses, o primeiro foi responsável por 32,9% da média do PIB dos municípios maranhenses e o segundo por 42,3% até o ano de 2015

so ao crédito, entre outras coisas (CARVALHO *et al*, 2016).

10 Desenvolvido pelos autores referenciados nesse parágrafo.

11 A falta de dados referente ao ano de 2011 adveio da dificuldade em encontrá-los.

(MDS, 2016).

Tais dados acabam apontando que no Maranhão, os municípios que o compõe têm significativas dificuldades em gerar receitas próprias, sendo esse um dos determinantes da pobreza da população que vive nesse estado (GAEPP, 2016).

Acrescente-se ainda que a significativa dependência municipal das transferências fiscais, dos programas de transferência de renda e das aposentadorias, trouxe à tona a fragilidade fiscal que estão submetidos os municípios maranhenses, uma vez que tais transferências sociais se mostraram o principal mecanismo de sustentação econômica dos municípios, e tal fonte de renda por si só tem se mostrado insuficiente, para a promoção do crescimento econômico de uma região (GAEPP, 2016).

Pesquisas afirmam que tais programas sociais possuem efeitos multiplicadores¹² locais e tem seus rebatimentos sobre a demanda, “(...) dentro de uma perspectiva de ausência de restrições de oferta (...)” (SILVA; FERREIRA FILHO, 2018, p. 163).

Tanto o BPC quanto o PBF são instrumentos de transferência direta de renda, por isso podem até gerar impactos positivos nas economias locais e/ou regionais, bem como aumentarem os níveis de consumo, mas no agregado nacional não são capazes por si só de gerar crescimento econômico (SILVA, 2014).

Principalmente por conta da sua fonte de financiamento, que advém de impostos indiretos que podem incidir tanto sobre custos referentes ao trabalho (impostos e contribuições sobre a folha salarial), como sobre bens de consumo, em ambos os casos os impostos indiretos desestimulam a geração de novos empregos, bem como o crescimento do PIB, fazendo com que os impactos negativos sejam maiores do que o bem-estar produzido por meio das transferências (SILVA, 2014).

Isso se pôde ver no Maranhão, pois a significativa dependência das transferências monetárias dos programas sociais, por parte dos seus municípios, desnudou a vulnerabilidade fiscal dos mesmos, além de não colaborar com o crescimento econômico de tais municípios.

Vale destacar, que essa situação trouxe à tona a baixa eficiência fiscal, que os gestores dos municípios em referência enfrentam, o que coloca para eles o desafio de construir estratégias eficientes para elevar a geração de recursos, que também pode se dar através do gerenciamento de impostos para elevar os recursos do caixa, a exemplo, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), bem como o Imposto sobre Serviço de qualquer natureza (ISS) (GAEPP, 2016).

12 Aumento da circulação do dinheiro nos municípios, gerando aquecimento da economia local (SILVA; FERREIRA FILHO, 2018).

CONCLUSÃO

A estratégia anticíclica do governo Dilma, em investir em transferências de renda por meio de programas e políticas sociais, para arrefecer o declínio pelo qual a economia brasileira passava no período pesquisado, não foi suficiente e nem se mostrou uma tática eficiente na promoção do crescimento das economias locais, uma vez que as transferências de renda por meio de programas e políticas sociais, não foram criadas com esse objetivo, e nem servem a esse fim.

Quando se olha para o Maranhão, foi possível se observar uma economia que se mostrou dependente de forma significativa dos programas sociais e políticas de transferência de renda, bem como das rendas advindas das aposentadorias e de transferências fiscais constitucionais, ou seja, uma economia altamente vulnerável a choques recessivos, uma vez que em tempos de crise, o desemprego aumenta e a renda das famílias ficam altamente comprometidas com o pagamento de dívidas, entre outros aspectos, o que desacelera o consumo das massas, fragilizando assim as economias locais dos municípios maranhenses, que tem nos rendimentos supracitados, sua principal fonte de receita fiscal. A crescente-se ainda o fato de que o consumo das famílias por si só, não tem força suficiente para alavancar a retomada do crescimento de uma economia.

Diante dessa situação, a solução para a superação das desigualdades de rendimentos, bem como para todos os aspectos negativos que envolve o subconsumo das massas, e seus respectivos rebatimentos sobre a economia, não residiria em menos ou mais intervenção estatal, uma vez que o Estado é um forte aliado das classes possuidoras, e uma dinâmica que implique em uma maior intervenção em favor da classe subalterna dentro do capitalismo, não implicaria na transformação radical do atual estado de coisas, no máximo se teria um positivismo reformista, que implicaria em um maior investimento nos mínimos sociais, e na perpetuação da dominação, exploração e humilhação do homem pelo homem. Assim urge necessidade de revolução, pois do contrário se terá a reprodução contínua da barbárie.

REFERÊNCIAS

BIANCARELLI, André M. A era Lula e sua questão econômica principal: crescimento mercado interno e distribuição de renda. **Rev. do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n.58, p.263-288, 2014.

CARVALHO, Sandro Sacchet de et al. **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013:** uma análise estrutural a partir de dados do sistema de contas nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para discussão, n.2209). Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6779/1/TD_2209.pdf>. Acesso 23/11/2019.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fabio. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e de inclusão social à frustração da recessão econômica. **Rev. Estudos av.** v.30, n.87, São Paulo, may/aug 2016.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma avaliação dos impactos macroeconômicos e sociais de programas de transferência de renda nros municípios brasileiros. **Rev. Brasileira de Economia**, vol. 72, n. 3, jul-set 2018.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado Capitalista Contemporâneo**: para a crítica das visões regulacionistas. São Paulo: Cortez 2001.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise Global**: ampulheta fatal. São Paulo: Xamã, 2015.

GAEPP – Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas direcionadas à Pobreza. **Pobreza e dependência dos municípios maranhenses das transferências federais**. Observatório social e do trabalho, junho de 2016. Disponível em:< <https://www.gaepp.ufma.br/site/index.php/boletim-do-observatorio>>. Acesso em: 07/06/2024.

GRESPAN, Jorge. **Marx**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2021. [recurso eletrônico].

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 4/06/2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: indicadores apontam aumento da pobreza entre 2016 e 2017. Estatísticas sociais, 05/12/2018. Disponível em:< <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23298-sintese-de-indicadores-sociais-indicadores-apontam-aumento-da-pobreza-entre-2016-e-2017>>. Acesso em 21/01/2020.

IMESC. **Imesc divulga análise do PIB estadual em 2015**. IMESC/SEPLAN, 16/11/2017. Disponível em:< <https://imesc.ma.gov.br/portal/Post/noticias/519>>. Acesso em: 03/06/2024.

LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almada. **Reestruturação produtiva e relação salarial**: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90. 1996. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro primeiro: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. [recurso eletrônico]. Disponível em:< https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=2ahUKEwzj9eLSu_roAhXUIbkGHdEfDowQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fwww.gepec.ufsc.br%2Fpublicacoes%2Flivros-e-colecoes%2Fmarx-e-engels%2Fo-capital-livro-1.pdf%2Fat_download%2Ffile&usg=AOvVaw0R6Rw2rMc2cYlojPXGGNA3>. Acesso em 02/06/2019.

MARX, Karl. **Contribuição á crítica da economia política**. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2016.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**: livro terceiro: o processo global da produção capitalista. - 1 ed.- São Paulo: Boitempo, 2017. [recurso digital].

MASCARO, Alyson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013. MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MDS. **Quantitativo de benefícios e recursos investidos por unidade da federação de pagamento no período de 1996 a 2019**. Benefícios e gastos do BPC, 2016. Disponível em:< http://www.mds.gov.br/reclcrys/bpc/download_beneficiarios_bpc.htm>. Acesso em 24/02/2020.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconómicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. v. 1, cap. 11, p. 193-206.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Commodities representam 60% das exportações do Brasil, segundo estudo da ONU**. Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em:< <https://nacoesunidas.org/commodities-representam-60-das-exportacoes-do-brasil-segundo-estudo-da-onu/>>. Acesso em 16/12/2019.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: INTRÍNSECA LTDA, 2014. (versão digital). Disponível em:< http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20PO_P-GRADUACAO/PIKETTY/O%20Capital%20no%20Seculo%20XXI%20-%20Thomas%20Piketty.pdf>. Acesso em 26/12/2019.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012. POULANTZAS, Nico. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SILVA, Daiana Inocente da. **Impactos dos programas de transferência de renda benefício de prestação continuada e bolsa família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral**. 2014, 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola superior de agricultura “Luiz Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014. Disponível em:< <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8352>>. Acesso em 12/02/2020.

SILVA, Daiana Inocente da; FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de Souza. Impactos dos programas de transferência de renda benefício de prestação continuada e bolsa família sobre a economia brasileira: uma análise de equilíbrio geral. **Rev. Pesquisa e planejamento econômico**, v.48, n.1, abril, 2018.

TALENTO, Aguirre. Maranhão é o Estado com maior proporção de miseráveis. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26/07/2011, treinamento folha. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/2011/07/940853-maranhao-e-o-estado-com-maior-proporcao-de-miseraveis.shtml>>. Acesso em: 03/06/2024.

WILLIANS, Raymond. Base e superestrutura no marxismo na teoria cultural. **Revista USP**, São Paulo, v. 66, p. 209-224, 2005. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13448>>. Acesso em: 02/06/2020.